



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM

31 DE DEZEMBRO DE 2020

SUMÁRIO

	FOLHA
1 BALANÇO PATRIMONIAL	3 e 4
2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	7
6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8
7 NOTAS EXPLICATIVAS	9 a 30
8 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	31 a 35



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

A T I V O	NE nr.	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		165.150	92.396
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	51.616	37.878
Clientes	6	104.599	47.962
Outros Créditos	8	6.082	5.255
Tributos Compensáveis	9	2.764	1.212
Despesas pagas antecipadamente	10	89	89
NÃO CIRCULANTE		540.102	545.076
Realizável a Longo Prazo		47.055	24.458
Tributos Federais a Restituir	12	1.246	-
Energia Eletrica - CCEE	25	-	1.909
Depósitos Judiciais	11	75	120
Tributos Diferidos	13	37.376	22.222
Adiantamento a Acionistas	27.4	8.358	207
Imobilizado	14	347.373	365.690
Intangível	15	145.399	154.496
Direito de Uso	16	275	432
TOTAL DO ATIVO		705.252	637.472

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

PASSIVO	NE nr.	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		95.464	85.647
Obrigações Sociais e Trabalhistas	17	308	296
Fornecedores	18	2.269	3.684
Imposto de Renda e Contribuição Social	19	-	4.725
Outras Obrigações Fiscais	20	1.570	1.394
Concessão de Uso de Bem Público	21	82.278	67.401
Pequisa e Desenvolvimento	22	8.376	7.640
Outras Contas a Pagar	23	663	507
NÃO CIRCULANTE		596.298	508.966
Litígios Regulatórios	25	-	12.318
Concessão de Uso de Bem Público	21	596.158	496.355
Direito de Uso	16	140	293
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.490	42.859
Capital Social	27.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	27.3	255	255
Reserva Legal	27.2	-	7.101
Lucro (prejuízo) do período		(22.268)	26.125
(-) Dividendos Intermediarios	27.4	-	(26.332)
Adiantamento a Acionistas		-	207
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		705.252	637.472

" As notas explicativas integram as demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Anual findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Em Milhares de Reais - Exceto o Lucro por Ação)

	N.E	01.01.20 a 31.12.20	01.01.19 a 31.12.19
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	194.850	218.420
(-) Custos Operacionais	29	(61.551)	(80.432)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		133.299	137.988
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(5.773)	(5.804)
Despesas Administrativas	30	(5.773)	(5.804)
Outras Receitas		-	-
LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		127.526	132.184
RESULTADOS FINANCEIRO	31	(172.049)	(92.728)
Receitas financeiras	31	12.891	2.390
Despesas financeiras	31	(184.940)	(95.118)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(44.523)	39.456
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		15.154	(13.331)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	(12.078)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	13	15.154	(1.253)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(29.369)	26.125
LUCRO OU (PREJUÍZO) POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS		(0,487)	0,433

" As notas explicativas integram as demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(29.369)	26.125
Outros resultados abrangentes		-	-
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros		-	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(29.369)	26.125

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros				Total
				Reserva Legal	Retenção de Lucros	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros (prejuízos) Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2018		35.503	255	7.101	-	11.118	-	53.977
Lucro do exercício 2019		-	-	-	-	-	26.125	26.125
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(11.118)	-	(11.118)
Dividendos distribuídos antecipadamente		-	-	-	-	-	(26.332)	(26.332)
Adiantamento a Acionistas		-	-	-	-	-	207	207
Saldos em 31 de dezembro de 2019		35.503	255	7.101	-	-	-	42.859
Prejuízo do exercício 2020		-	-	-	-	-	(29.369)	(29.369)
Absorção da reserva legal	27.2	-	-	(7.101)	-	-	7.101	-
Dividendos distribuídos antecipadamente	27.4	-	-	-	-	-	(8.358)	(8.358)
Adiantamento a Acionistas	27.4	-	-	-	-	-	8.358	8.358
Saldos em 31 de dezembro de 2020		35.503	255	-	-	-	(22.268)	13.490

" As notas explicativas integram as demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

Anual findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(29.369)	26.125
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação	29 e 30	18.635	18.636
Amortização	29	9.119	9.105
Variações monetárias não realizadas	31	184.889	94.609
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(15.154)	1.253
Premio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015	29	-	3.033
Resultado de baixa do imobilizado		1	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Clientes	6	(56.637)	(6.647)
Outros créditos	8	(826)	(483)
Tributos compensáveis	9	(1.552)	(1.212)
Despesas pagas antecipadamente	10	-	2
Tributos Federais a Restituir	12	(1.246)	-
Depósitos judiciais	11	44	-
Energia Elétrica - CCEE		1.909	
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações Sociais e Trabalhistas	17	12	28
Fornecedores	18	(1.415)	(312)
Imposto de renda e contribuição social	19	(4.726)	(23.265)
Outras Obrigações Fiscais	20	177	(1.645)
Pagamento de direito de uso		(161)	-
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	31	(70.184)	(67.086)
Pequisa e Desenvolvimento	22	737	228
Outras Contas a Pagar	23	164	(530)
Litígios Regulatórios	25	(12.318)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		22.097	51.839
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	14	(187)	(314)
Adições no intangível	15	(21)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(208)	(314)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	27.4	-	(56.533)
Adiantamento a acionistas		(8.151)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(8.151)	(56.533)
Varição no caixa e equivalentes a caixa		13.738	(5.008)
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	5	37.878	42.886
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	5	51.616	37.878
Varição no caixa e equivalentes a caixa		13.738	(5.008)

"As notas explicativas integram as demonstrações financeiras"

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Anual findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

	NE nr.	31/12/2020		31/12/2019	
Receitas					
Geração de energia , serviços e outras receitas	28	212.553		236.070	
Total		212.553		236.070	
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Energia Eletrica comprada para revenda	29	1.909		23.428	
Encargos de uso da rede eletrica	29	15.463		14.180	
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	29	3.623		4.749	
Material, insumos e serviço de terceiros	29 e 30	14.806		10.408	
Outros insumos	29 e 30	523		456	
Total		36.324		53.221	
(=) Valor adicionado bruto		176.229		182.849	
(-) Depreciação e amortização					
	14 e 15	27.753		27.741	
(=) Valor adicionado líquido		148.476		155.108	
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras	31	12.891		2.390	
Total		12.891		2.390	
Valor adicionado a distribuir		161.367		157.498	
Distribuição do valor adicionado					
	NE nr.	31/12/2020	%	31/12/2019	%
Pessoal					
Remuneração e honorários	30	2.954		3.173	
Planos previdenciarios e assistencial	30	216		514	
Beneficios	30	343		320	
Encargos sociais - FGTS	30	744		95	
Participações nos lucros e/ou resultados		-		-	
Total		4.257	2,6	4.102	2,6
Governo					
Federal	29 e 30.1	1.450		32.042	
Estadual		4		1	
Municipal		18		18	
Total		1.472	0,9	32.061	20,2
Terceiros					
Juros e variações monetárias	31	184.940		95.118	
Arrendamentos e alugueís	30	67		92	
Total		185.007	114,6	95.210	60,5
Acionistas					
Dividendos intercalares distribuídos		-		-	
Lucro (Prejuízo) do período		(29.369)		26.332	
Adiantamento a acionistas		-		207	
Total		(29.369)	(18,2)	26.125	16,6
		161.367	100	157.498	100

"As notas explicativas integram as demonstrações financeiras"

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Levantadas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021, Curitiba – PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL, a qual detém 70 % (setenta por cento) do seu capital social. A Companhia foi constituída para implantação e exploração do CEFSC – Complexo Energético Fundão Santa Clara, localizado no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, abrangendo os municípios de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná. O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / PCH	Potência instalada (MW)	Energia assegurada (MW médios)
UHE - Santa Clara	120,168	69,600
UHE – Fundão	120,168	65,800
PCH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,900
	246,411	140,300

A Companhia ingressou com Ação Ordinária nº 1018438-81.2017.4.01.3400, ajuizada em 13 de dezembro de 2017, junto a 16ª vara da Justiça Federal do DF. Nesta ação, pleiteia-se a nulidade da Portaria MME nº 178/2017, que tratou da Revisão Ordinária da Garantia Física (GF) das Hidrelétricas – UHEs, despachadas centralizadamente pelo Sistema Interligado Nacional – SIN.

Neste momento, a entidade possui decisão proferida de maneira liminar, a qual garante a liquidação integral da GF de 140,300 MW médios no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia). Caso a portaria seja mantida, a redução da GF será de 2,6 MW médios.

2. Concessão

A exploração dos aproveitamentos hidrelétricos é regulada pelo contrato de concessão nº 125/2001, firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 25 de outubro de 2001, com prazo de 35 (trinta e cinco) anos.

Conforme Lei Federal nº 13.203/2015, a companhia optou pela repactuação do risco hidrológico, manifestado no despacho nº 43 – SEM-SRG/ANEEL de 11 de janeiro de 2016, e primeiro aditivo contratual de 22 de agosto de 2017, o qual estendeu o prazo final da concessão para 28 de maio de 2037.

O prazo da concessão poderá ser prorrogado, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela agente regulatório, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da Concessionária, desde que a exploração dos Aproveitamentos Hidrelétricos esteja nas condições estabelecidas no Contrato, na legislação do setor, e atenda aos interesses dos consumidores.

Como pagamento pelo UBP (Uso do Bem Público) objeto do contrato, a Companhia recolherá à União, do 6.º ao 35.º ano de concessão, inclusive, contados da data de assinatura do contrato, ou enquanto estiverem na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000 mil.

As parcelas são corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir de maio de 2001.

3. Base de Preparação

3.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 29.01.2021.

3.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

4. Principais Políticas Contábeis

4.1 Instrumentos Financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2018 para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros é a IFRS 9. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e, (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Substituindo as categorias existentes anteriormente na IAS 39: Mantidos até o vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda.

A. Custo Amortizado (CA)

Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando incorridos, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

B. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levada ao patrimônio líquido, enquanto os juros, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

C. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e as respectivas categorias originais de mensuração, determinadas de acordo com a IAS 39, e as novas categorias de mensuração de acordo com a IFRS 9:

<u>Ativo</u>	<u>Categoria Original (IAS 39)</u>	<u>Nova Categoria (IFRS 9)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Recebíveis	Custo Amortizado
Créditos a Receber	Recebíveis	Custo Amortizado
<u>Passivo</u>	<u>Categoria Original (IAS 39)</u>	<u>Nova Categoria (IFRS 9)</u>
Fornecedores	Outros Passivos	Custo Amortizado
Outras contas a Pagar	Outros Passivos	Custo Amortizado

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

Ativos Financeiros

4.1.1 - Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Passivos Financeiros e Instrumentos de Patrimônio

4.1.2 - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

4.1.3 - Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo

da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

4.1.4 - Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4.2 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base na vida útil, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

4.3 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

4.3.1 - Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

4.3.2 Ativos Não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

4.4 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão) ou intangível em curso (distribuição).

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

4.5 Receita de Contratos Com Clientes

O CPC 47/IFRS 15, estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requisitos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

4.6 Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por essa entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

4.7 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

Pronunciamento aplicável à Companhia a partir de 1º.01.2019

CPC 06 (R3)/IFRS 16 - Arrendamentos

Aplicável para períodos iniciados em ou após 1º.01.2019, o CPC 06 (R3)/IFRS 16 estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil dos arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requisitos da IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Saldos em	31/12/20	31/12/19
Caixa e bancos conta movimento		21	16
Aplicações financeiras de curto prazo		51.595	37.862
		51.616	37.878

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 85,75% a 96,00% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, a depender do montante e data de aplicação.

6. Cientes

Cientes	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.12.2020
Suprimento - Copel Comercialização	1.600	-	-	1.600
Suprimento - Livres	10.639	-	-	10.639
CCEE	92.360	-	-	92.360
	104.599	-	-	104.599

As vendas da companhia possuem duas estratégias: A primeira de suprimento, através da formalização de CCVEE (Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica) no ACL (Ambiente de Contratação Livre), acordos integralmente adimplentes no transcurso do exercício social. A segunda, por intermédio da liquidação de energia descontratada no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia), que representam 88,3% (oitenta e oito vírgula três pontos percentuais) do saldo do grupo Clientes em 31 de dezembro de 2020.

O saldo crescente da conta CCEE, no valor de R\$ 92.360, decorre da judicialização setorial, em face do risco hidrológico, dos quais R\$ 75.358 encontram-se inadimplentes, conforme sumário de contabilização referência novembro de 2020. Contudo, a companhia não realiza PDD (Provisão para Devedores Duvidosos), por entender que seus créditos estão protegidos em razão de regras regulatórias, que impõem penalidades severas para inadimplentes, mitigando um possível risco de crédito.

7. Partes Relacionadas

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, aquisição de serviços de manutenção e telecomunicações, e, encargos pelo uso do sistema de distribuição.

	31.12.20	31.12.19
Ativo circulante		
Entidade sob controle em comum		
Copel Comercialização S.A.	1.600	691
Controlador		
COPEL Companhia Paranaense de Energia	5.851	-
Acionista		
Paineira Participações Ltda	2.508	-
Passivo circulante		
Entidade sob controle em comum		
Copel Distribuição S.A.	1.327	1.245
Copel Geração e Transmissão S.A.	927	862
Resultado	31.12.20	31.12.19
Entidade sob controle em comum		
Suprimento de Energia		
Copel Distribuição S.A.	-	89.224
Copel Comercialização S.A.	14.654	7.835
Encargos de Transmissão e Conexão		
Copel Distribuição S.A.	(15.463)	(14.180)
Serviços de Operação e Manutenção		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(10.188)	(9.119)
Serviços de Planejamento Energético		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(840)	(784)
Serviços de Telecomunicações		
Copel Telecomunicações S.A.	(105)	(99)

8. Outros Créditos

	Saldos em	31/12/20	31/12/19
Serviços em Curso (*)		6.008	5.191
Almoxarifado de manutenção e operação		70	52
Adiantamento a empregados		2	10
Devoluções de compras		2	2
		6.082	5.255

(*) Serviços em cursos da Companhia, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

9. Tributos Compensáveis

	Saldos em	31/12/20	31/12/19
IRPJ pago por estimativa		1.580	-
CSLL pago por estimativa		914	-
Imposto de Renda retido fonte		270	-
CSLL Pedido de ressarcimento		-	1.212
		2.764	1.212

Os tributos IRPJ e CSLL pagos por estimativa durante o exercício 2020, poderão ser compensados ou ressarcidos através de PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação), após a entrega da Declaração de Ajuste Anual ECF – Escrituração Contábil Fiscal.

10. Despesas Antecipadas

Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos respectivos exercícios seguintes.

Descrição	Saldos em	31/12/20	31/12/19
Seguro das usinas		88	88
Seguro sede administrativa		1	1
		89	89

A companhia possui Apólice de Seguro de Riscos Operacionais junto a Sompo Seguros com vigência até 11 de março de 2021, a qual prevê o Limite Máximo de Garantia R\$ 302.616 mil.

11. Depósitos Judiciais

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.

Descrição	Valores em R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2019	120
- Depósitos	-
- (Ressarcimentos)	(49)
- Atualização monetária	4
Saldo em 31 de dezembro de 2020	75

Em 04 de setembro de 2020, a companhia recebeu a devolução de depósito recursal no montante R\$ 49 mil, referente a ação trabalhista (Auto RT 775/2011) na qual constava como responsável subsidiária.

12. Tributos Federais a Restituir

Descrição	Valores em R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.212
- Constituição	-
- Atualização monetária	34
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.246

A companhia possui o Auto 5078666-63.2019.4.04.7000, referente a ação de repetição de indébito de valor pago a maior, em trâmite na 2ª Vara Federal de Curitiba, na qual pleiteia a devolução de valores pagos a Receita Federal a título de CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

13. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

As contabilizações inerentes da adoção inicial as normas internacionais de contabilidade (IFRS 1), em conformidade com legislação tributária (Lei 11.941/2009) foram adicionados na apuração do Lucro Real, os quais estão sendo realizados no transcurso do período da concessão.

Com o advento da Lei 12.973/2014, a qual extinguiu o RTT (Regime Tributário de Transição), a Companhia optou pela adoção inicial dos seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014, e, por conseguinte a compensação no lucro real (fiscal) os valores diferidos até o exercício de 2013, cuja amortização/realização ocorrerá no período de Janeiro de 2014 a Outubro de 2036, prazo final da concessão onerosa, conforme os seguintes valores:

	01.01.2020	Reconhecido s no resultado	Reconheci dos em outros resultados abrangente s	31.12.2020
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	16.446	-	16.446
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	22.354	(1.292)	-	21.062
	22.354	15.154	-	37.508
(-) Passivo não circulante				
Efeitos do ICPC 38 - Instrumentos Financeiros - Créditos de Carbono	132	-	-	132
	132	-	-	132
Líquido apresentado no Balanço	22.222	15.154	-	37.376

Realização dos créditos fiscais diferidos

31.12.2020	Ativo	Passivo
2021	17.737	(132)
2022	1.292	-
2023	1.292	-
2024	1.292	-
2025	1.292	-
2026 a 2028	3.873	-
2029 a 2031	3.873	-
2032 a 2034	3.873	-
2035 a 2036	2.984	-
	37.508	(132)

14. Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, na sua Resolução n° 444 de 26 de outubro de 2001, a Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução n° 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, com efeitos retroativos ao exercício de 2009, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão (outubro de 2036), dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de utilização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Mutação	31.12.2019	Adições	Depreciação	Baixas	Capitalizações/ Transferências	31.12.2020
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	189.303	-	(9.138)	-	-	180.165
Máquinas e equipamentos	116.728	201	(6.525)	(2)	-	110.402
Edificações	38.951	-	(1.809)	-	-	37.142
Terrenos	16.858	40	(984)	-	-	15.914
Móveis e utensílios	165	10	(46)	-	-	129
	362.005	251	(18.502)	(2)	-	343.752
Em curso						
Custo	3.685	110	-	-	(174)	3.621
	3.685	110	-	-	(174)	3.621
	365.690	361	(18.502)	(2)	(174)	347.373

(*) Amortização da conta terrenos em observância ao Decreto 2003/96, adequando ao prazo da final da Concessão.

15. Intangível

A partir do exercício de 2010, com efeitos retroativos a 2005, a Companhia passou a reconhecer um Ativo Intangível relativo ao direito de uso de bem público (UBP), na modalidade de concessão onerosa. A adoção dessa prática segue a orientação contida no O-CPC 05 – Contratos de Concessão.

Para fins de apuração do valor desse intangível, seguindo a orientação da norma contábil citada, a partir do valor da UBP atualizada em setembro/2005 e julho/2006, tais valores foram trazidos a valor presente para aquelas datas. Também dessas datas se passou a calcular as parcelas mensais de amortização. Esses valores são equivalentes aos valores reconhecidos no balanço consolidado da Companhia controladora.

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, é a seguinte:

	Contrato de concessão		Outros		Total
	em serviço	em curso	em serviço	em curso	
31.12.2019	151.134	-	3.362	-	154.496
Aquisições	-	-	21	-	21
Amortização UBP	(8.569)	-	-	-	(8.569)
Amortização GSF	(386)	-	-	-	(386)
Amortização - Outros	-	-	(163)	-	(163)
31.12.2020	142.179	-	3.220	-	145.399

16. Direito de Uso

Conforme nota 4.8, a partir de 1º.01.2019, o CPC 06 (R3)/IFRS 16 estabelece nova forma de registro contábil dos arrendamentos que até 31 de dezembro de 2018 eram reconhecidos no resultado, passam a serem registrados no Ativo como Direito de Uso, em contrapartida com Passivo, também como Direito de Uso na totalidade do valor do contratado durante a vigência, e os pagamentos (amortizações) contabilizados no resultado na medida da periodicidade de sua realização.

A posição do contrato de locação (Direito de Uso) da sede administrativa da companhia em 31 de dezembro de 2020 e a seguinte:

	Edificações		
	Aluguel	Juros a Incorrer	Total
31.12.2019	387	45	432
Depreciações	(132)	-	(132)
Amortizações	-	(25)	(25)
31.12.2020	255	20	275

17. Obrigações Sociais e Trabalhista

Descrição	Saldos em	31/12/20	31/12/19
Salários a pagar		9	-
Tributos retidos na fonte		90	102
Provisão de férias e 13º salário		209	194
		308	296

18. Fornecedores

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Saldo 31.12.2020
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	1.327	-	-	-	-	-	1.327
Materiais e Serviços - Copel GET	927	-	-	-	-	-	927
Materiais e Serviços	15	-	-	-	-	-	15
	2.269	-	-	-	-	-	2.269

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Saldos em	31/12/20	31/12/19
Imposto de renda - Lucro Real		-	8.795
(-) Imp. renda pago por estimativa (*)		-	(4.324)
(-) Imp. Renda retido na fonte (*)		-	(490)
Contrib. Social Sobre Lucro Líquido – CSLL		-	3.282
(-) Contr.Social pago por estimativa (*)		-	(2.538)
		-	4.725

(*) Valores reclassificados para o Ativo Circulante.

De acordo com a legislação tributária vigente para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Companhia utiliza a sistemática do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável. A contribuição social é constituída pela alíquota de 9%.

A Companhia optou pelo recolhimento do IRPJ e da CSLL mensal pelo método da estimativa nos termos da legislação tributária vigente. Entretanto, observou-se prejuízo fiscal no período, ensejando o direito a restituição ou compensação dos valores pagos no transcurso do exercício.

20. Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldos em	31/12/20	31/12/19
Tributos retidos na fonte		237	226
Previdência Social INSS		65	47
FGTS		13	-
PIS e Cofins		1.255	1.121
		1.570	1.394

21. Encargos de Outorga Aneel

Em 31/12/2020 a obrigação contratual, reajustada monetariamente, para o pagamento das 191 (cento e noventa e uma) parcelas mensais restantes até o término da concessão, totalizava R\$ 1.397.224 mil, a valores nominais, e a valor presente o seguinte:

Mutação	circulante	não circulante	Total
31.12.2019	67.401	496.355	563.756
Encargos	14.877	169.987	184.864
Transferências	70.184	(70.184)	-
Amortização - principal	(19.000)	-	(19.000)
Pagamento - encargos	(51.184)	-	(51.184)
31.12.2020	82.278	596.158	678.436

	Valor nominal	Valor presente
2021	82.278	82.278
2022	82.278	74.124
2023	82.278	66.778
2024	82.278	60.161
2025	82.278	54.199
Após 2025	985.834	340.896
	1.397.224	678.436

22. Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08, cuja posição em 31/12/2020 é a seguinte:

Mutação	Circulante FNDCT	Circulante MME	Circulante P&D	não circulante	Total
31.12.2019	136	68	7.436	-	7.640
Constituições	761	381	761	-	1.903
Juros Selic	-	-	51	-	51
Recolhimentos	(754)	(377)	-	-	(1.131)
Conclusões	-	-	(87)	-	(87)
31.12.2020	143	72	8.161	-	8.376

23. Outras Contas a Pagar

Descrição	Saldos em	31/12/20	31/12/19
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos		518	354
Direito de Uso - Edificações		145	153
		663	507

24. Benefício Pós Emprego

A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica e odontológica, designado Plano Prosaúde III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

24.1 Plano de Benefício Previdenciário

O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável – CV. As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.

24.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do Plano Prosaúde III. Este plano não prevê coparticipação da patrocinadora no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumidos:

Mutação	circulante	não circulante	Total
31.12.2019	-	-	-
Contribuições previdenciárias e assistenciais	215	-	215
Amortizações	(215)	-	(215)
31.12.2020	-	-	-

25. Litígios Regulatórios

Descrição	Saldos em	31/12/20	31/12/19
CCEE Ajuste Único Liminar - Garantia Física		-	10.850
CCEE Ajuste Único Liminar - Rep.Risco Hidrolog.		-	1.468
Energia CCEE		-	(1.908)
		-	10.410

Créditos atribuídos a Companhia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, decorrentes do deferimento do pedido de antecipação da tutela recursal, conforme Ação Ordinária Nr. 1018438-81.2017.4.01.3400, em tramite na JFDF - Justiça Federal do DF - 16ª VARA a fim de que sejam suspensos os efeitos da Portaria MME n. 178/2017, que reduziu a garantia física, mantendo-se os valores originais gerados pelas Usinas UHEs Fundão e Santa Clara.

26. Provisão para Contingências

Com base no relatório da assessoria jurídica, constata-se a existência de processos contra a Companhia classificados como perda Possível ou Remota, não sendo necessária a contabilização de provisão contábil para esse fim, passíveis apenas de menção em nota explicativa as classificadas como possível.

Ações possíveis	31.12.2020	31.12.2019
Trabalhistas	-	2.069
Cíveis	965	965
Desapropriações	9.179	9.179
	10.144	12.213

Descrição da natureza e/ou informações sobre às ações

a) Cíveis

Ações que envolvem contratos administrativos, multas contratuais e indenizações.

Autos:0001464-23.2015.8.16.0031 - 2ª
Cível - Guarapuava,

Valor Estimado: R\$ 200

Situação Atual: Sentença indeferindo o pedido de danos materiais e condenando em danos morais. Apelação aceita para redução do valor. Decisão transitada em julgado, processo em fase de cumprimento de sentença. Valor estimado entre condenação e multa por não cumprimento de obrigação de fazer, em torno de R\$ 200 mil.

Autos:0005190-34.2017.8.16.0031 -1ª Cível **Valor Estimado:** R\$ 765
– Guarapuava,

Situação Atual: Fase instrutória.

b) Desapropriações e patrimoniais

As ações judiciais de desapropriação e patrimoniais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, etc.).

Autos:53/2005 – 1ª Vara Cível - Pinhão **Valor Estimado:** R\$ 97

Situação Atual: Fase instrutória.

Autos: 55/2005 - 1ª Vara Cível de Pinhão **Valor Estimado:** R\$ 286

Situação Atual: Fase instrutória.

Autos:107/2003 – 1ª Vara Cível - Pinhão **Valor Estimado:** R\$ 325

Situação Atual: Acórdão dando provimento integral a apelação da Companhia, com a baixa do processo para realização de nova perícia. Perícia realizada, R\$ 325.

Autos:000395-98.2003.8.16.0031 - 1ª Cível **Valor Estimado:** R\$
Guarapuava 6.228

Situação Atual: Realizada nova perícia, no valor de 6.228. Insurgência da parte desapropriada. Ainda em fase pericial.

Autos: 0000207-28.2004.8.16.0134– 1ª Cível **Valor Estimado:**
de Pinhão R\$2.244

Situação Atual: Fase de cumprimento de sentença, em que a ELEJOR busca reaver valor pago a maior e a desapropriada busca receber parcela que entende pendente. Fase pericial contábil. Valor estimado como pago a maior de R\$ 1.280

Autos: 454/2003 - 2ª Cível de **Valor Estimado:** R\$
Guarapuava 1

Situação Atual: Processo ainda nos Tribunais superiores, para análise de divergência com julgado paradigma.

Autos: 368/2003 - 2ª Cível de **Valor Estimado:** R\$
Guarapuava 90

Situação Atual: Processo ainda nos Tribunais superiores, para análise de divergência com julgado paradigma.

27. Patrimônio Líquido

27.1 Capital Social

O capital social é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 64ª AGE de 18/12/2018, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	100%	60.300.000	100%

27.2 Reserva Legal

O montante de R\$ 7.101, se refere à constituição da Reserva Legal de 5% do lucro líquido de exercícios anteriores, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, ajustado nos termos do Art. 191 da mesma lei.

Conforme resultado apurado em 2020, o valor da reserva legal de lucros foi absorvido pelo prejuízo de exercício.

27.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

O Ajuste no Patrimônio Líquido trata-se do reconhecimento em 2012, e reavaliados em março de 2014, no ativo Intangível das RCE's (Reduções Certificadas de Emissão) / Crédito de Carbono, no valor bruto de R\$ 387, descontado os Impostos diferidos (34%) de R\$ 132.

Os certificados foram avaliados a € 1,70 (um euro e setenta centavos) ou R\$ 4,58 (quatro reais e cinquenta e oito centavos) a tonelada, preço obtido na última venda efetuada em outubro de 2012, e, em março de 2014 reavaliados a preço atual de mercado, com base na cotação da ICE Futures Europe de € 0,18 (dezoito centavos) de euros por tonelada.

27.4 Dividendos Intermediários

Em 29 de maio de 2020, segundo Ata da 72ª AGE Assembleia Geral Extraordinária, os Acionistas deliberaram pela distribuição antecipada de dividendos no valor de R\$ 8.358 mil, referente ao lucro apurado no 1º trimestre de 2020, deduzido os adiantamentos aos registrados no exercício anterior.

Contudo, ao término do exercício 2020, apurou-se um resultado econômico negativo. Assim, os valores pagos anteriormente a título de dividendos, foram apropriados no Ativo Não Circulante na conta adiantamentos aos acionistas.

28. Receita Líquida

Descrição	Saldos em	31.12.20	31.12.19
Geração		143.578	209.508
Venda de Energia UHEs - Convencional		133.074	201.673
Venda de Energia PCHs - Incentivada		10.504	7.835
Comercialização		68.975	26.562
Energia contabilizada na CCEE		68.975	24.764
Revenda Energia MCP		-	1.798
Receita Bruta		212.553	236.070
Contribuição para PIS		(2.817)	(2.756)
Contribuição para COFINS		(12.981)	(12.698)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.905)	(2.196)
Deduções da Receita Bruta		(17.703)	(17.650)
RECEITA LÍQUIDA		194.850	218.420

29. Custos Operacionais

Descrição	Saldos em	31.12.20	31.12.19
Materiais		(725)	(389)
Serviços de Terceiros		(10.935)	(8.793)
Depreciação		(18.473)	(18.470)
Amortização		(9.119)	(9.105)
Seguros		(460)	(461)
Compens.Financ.Utiliz.Recursos Hídricos		(3.623)	(4.749)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL		(754)	(751)
Encargos Uso Rede de Distribuição		(15.463)	(14.180)
Compra de Energia - MCP / CCEE		(1.909)	(1.826)
Compra de Energia - Mercado Livre		-	(18.569)
Premio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015		-	(3.033)
Outros custos		(90)	(106)
		(61.551)	(80.432)

30. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Descrição	Saldos em	31.12.20	31.12.19
Pessoal		(2.341)	(2.140)
Administradores		(1.916)	(1.962)
Materiais		(58)	(48)
Serviços de Terceiros		(722)	(717)
Depreciação		(161)	(166)
Arrendamento e Aluguéis		(67)	(92)
Seguros		(1)	(2)
Tributos		(74)	(329)
Doações, Contribuições e Subvenções		(35)	-
Indenizações - Reassentamentos		(96)	-
Outras despesas		(302)	(348)
		(5.773)	(5.804)

31. Resultado Financeiro

	Saldos em	31.12.20	31.12.19
Receitas financeiras			
Rendas de aplicações disponíveis p/venda		1.083	2.159
CCEE Encargos de liquidação		11.680	226
Outras receitas		128	5
		12.891	2.390
Despesas financeiras			
Encargos da concessão - UBP - Correção IGPM		(70.184)	(67.086)
Encargos da concessão - UBP - AVP		(114.680)	(27.625)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF		-	(16)
Juros e correções - P & D		(51)	(39)
Encargos moratórios		-	(318)
Juros Incorridos - Direito de Uso		(25)	(34)
		(184.940)	(95.118)
		(172.049)	(92.728)

O IGPM (Índice Geral de Preços Médios), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, indexador para reajuste da concessão do UBP, apontou um percentual de 23,14% (vinte e três vírgula quatorze pontos percentuais) no exercício de 2020, ante 7,30% (sete vírgula trinta pontos percentuais) para o mesmo período no ano anterior, elevando os gastos com o Ajuste a Valor Presente da dívida do Contrato de Concessão.

32. Cobertura de Seguros

As apólices de seguro dos bens patrimoniais da Companhia foram contratadas de acordo com a política de gerenciamento de seguros definida por sua Administração, visando a contratação de coberturas securitárias adequadas e em conformidade com a legislação aplicável, com a seguinte demonstração:

Seguradora	Vigência	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio R\$ Mil	Limite Máximo de Garantia R\$ Mil
SOMPO SEGUROS	11.03.2020 a 11.03.2021	Multi Risco	Unidades Geradoras Sta Clara e Fundão	459	302.616
TOQUIO MARINE	16.05.2020 a 16.05.2021	Risco Nomeado	Sede Administrativa (Escritório Central)	2	1.538
Total				461	304.154

A Companhia tem contratado a modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 93.0078284, com a METLIFE.

33. Continuidade Operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26, em seus itens 25 e 26. A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da empresa. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

34. Gerenciamento da Sustentabilidade e Ambiental

A Companhia realiza investimentos voltados à preservação ambiental e de sustentabilidade, inseridos nos projetos e programas que visam reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente.

35. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão restritos à Caixa e equivalentes, Clientes e Fornecedores.

	NE	31/12/20		31/12/19	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Valor Justo por meio do Resultado					
Caixa e bancos conta movimento	5	21	51	16	16
Aplicações financeiras	5	51.595	51.595	37.862	37.862
Custo Amortizado					
Clientes	6	104.599	104.599	47.962	47.962
Total dos ativos financeiros		156.215	156.245	85.840	85.840
Passivos financeiros					
Total dos passivos financeiros		-	-	-	-

Os ativos e passivos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação destes.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos

Resumo das aplicações financeiras de curto prazo em 31 de dezembro de 2020

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	31/12/2020	
					Valor contábil	Valor justo
CDB - Bradesco	90,00	11/04/2018	26/03/2021	Custo amortizado	1	1
CDB - Bradesco	85,75	02/10/2018	16/09/2021	Custo amortizado	11	11
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	09/09/2020	14/08/2025	Custo amortizado	7.063	7.063
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	10/09/2020	15/08/2025	Custo amortizado	802	802
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	15/09/2020	20/08/2025	Custo amortizado	1.669	1.669
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	08/10/2020	12/09/2025	Custo amortizado	11.241	11.241
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	09/10/2020	12/09/2025	Custo amortizado	341	341
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	15/10/2020	19/09/2025	Custo amortizado	1.651	1.651
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	10/11/2020	15/10/2025	Custo amortizado	13.454	13.454
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	16/11/2020	21/10/2025	Custo amortizado	1.731	1.731
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	08/12/2020	12/11/2025	Custo amortizado	10.753	10.753
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	09/12/2020	13/11/2025	Custo amortizado	1.213	1.213
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	15/12/2020	19/11/2025	Custo amortizado	1.665	1.665
					51.595	51.595

36. Impactos do COVID-19

Em março de 2020, a OMS (Organização Mundial da Saúde), declarou pandemia global em função do novo coronavírus, que causa a doença denominada Covid-19.

Neste contexto, a administração tem monitorado os possíveis impactos operacionais e financeiros para entidade.

No aspecto operacional, foram realizadas atividades de testagem das equipes de operação e manutenção que atuam no CEFSC, sanitização dos ambientes das usinas, e modificação no ambiente do refeitório, com o fornecimento de porções individualizadas em substituição ao sistema de buffet. Enquanto na sede administrativa, foram reforçadas as medidas de higiene e distanciamento físico, com orientação aos colaboradores. Além da autorização de realização de testagem para casos suspeitos e a concessão de trabalho remoto como forma alternativa.

Os possíveis impactos financeiros, estão sendo monitorados pela administração, especialmente na manutenção de valores disponíveis de caixa e equivalentes, considerados confortáveis. Além, disso, faz o acompanhamento dos contratos de recebíveis bilaterais (CCVEE), os quais encontram-se adimplentes em sua totalidade, com acompanhamento mensal do fluxo de caixa orçado x realizado.

A externalidade negativa, ocorre em função do baixo valor do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), devido a redução da demanda nos primeiros meses da pandemia, impactando as receitas de energia liquidada no âmbito da CCEE.

Por fim, a administração continuará monitorando possíveis efeitos adversos nos negócios e eventuais impactos contábeis, mantendo diligência quanto aos impactos do Covid-19, de forma a deixar seus acionistas e demais stakeholders informados acerca de quaisquer mudanças significativas derivadas da pandemia

João Biral Junior
Diretor Presidente

Cleverson Moraes Silveira
Diretor Administrativo Financeiro

Fernando Souza Ribeiro
Contador CRC/PR: 024544/O-3